

Em Análise

Evolução Recente da Fileira Florestal: Parte I¹

Vanda Dores²

Elsa de Moraes Sarmento³

Elsa Oliveira⁴

Sumário Executivo

Este estudo procura demonstrar a importância da Fileira Florestal para a economia nacional, a nível mais agregado, através da criação valor e geração de emprego, mas também a nível das suas componentes sectoriais, complementando o trabalho de outros atores, e as reflexões expressas em documentos de definição de políticas públicas sobre o espaço florestal e as suas produções (Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal, 2010; Associação Empresarial de Portugal, 2008; Ministério da Agricultura, Desenvolvimento e Pescas, 2007; Direção-Geral dos Recursos Florestais, 2006).

Esta análise corresponde à primeira parte de um trabalho mais abrangente de caracterização da Fileira Florestal, que contém outras dimensões de análise da sua performance económica, como a inovação, a internacionalização e o contexto das políticas públicas, seguindo uma abordagem metodológica própria, que define a Fileira Florestal em função dos seus produtos finais e intermédios, a montante e a jusante, numa perspetiva integradora.

1. Introdução

As indústrias que compõem a Fileira Florestal têm uma importância inquestionável no contexto da economia nacional, pela criação de valor acrescentado nacional, pelo seu contributo para o comércio externo, pela geração de emprego, através do elevado número de agentes envolvidos na produção, transformação e comercialização dos seus produtos e pela sua relevância na fixação das populações nas regiões mais desfavorecidas. Também é reconhecido que a Floresta desempenha outras funções, para além das económicas, designadamente sociais e culturais, ecológicas e de sustentabilidade⁵. Esta fornece fluxos de bens públicos importantes, conhecidos na literatura económica como “amenidades” (na maioria dos casos, bens públicos que não possuem preço de mercado atribuído) ou “nontimber goods” (Amacher et al., 2009; Pearce et al. 1999). Estes incluem entre outros o habitat natural e a diversidade, a prevenção de cheias, a pesca e a caça e demais atividades recreativas e o sequestro do carbono. Em geral, estes são bens e serviços que poderão não gerar rendimento, embora alguns dependam da extração e exploração de recursos florestais. A Floresta como recurso natural endógeno e renovável, e a extensão da sua ocupação territorial pelo país, torna-o num dos mais importantes a nível da criação e distribuição regional de riqueza em Portugal, assegurando o desenvolvimento territorial equilibrado.

O contributo da Fileira Florestal para o desenvolvimento rural e para a apropriação sustentável do território é também fundamental para a concretização dos objetivos nacionais e europeus de coesão

¹ Este trabalho reflete apenas as opiniões das suas autoras e não de nenhuma entidade oficial. Eventuais erros e omissões são da nossa única responsabilidade. As autoras gostariam de agradecer ao Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Contas Nacionais, o fornecimento de dados relativos às Contas Nacionais Anuais (base2006) para o período 2006-2008.

² Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego (vanda.dores@gge.min-economia.pt).

³ DEGEI, Universidade de Aveiro (esarmento@ua.pt).

⁴ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego (elsa.oliveira@gge.min-economia.pt).

⁵ Em fevereiro de 2008, o Presidente francês Nicholas Sarkozy, insatisfeito com as limitações da informação estatística existente sobre a economia e a sociedade, solicitou a três distintos economistas (Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean Paul Fitoussi) a criação de uma Comissão que refletisse sobre a medição da performance económica e do progresso social, identificando as limitações da utilização de indicadores tradicionais como o PIB, e sobre a necessidade de ponderar desenvolver mecanismos de medição adicionais, mais consentâneos com uma medição efetiva do progresso social e de apresentação da informação estatística de uma forma apropriada para esse fim (“Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress”, 2009). Nesse trabalho, a Floresta é incorporada como parte integrante da medição do bem-estar social. Ver também a introdução da publicação “Growing the future” (PriceWaterhouseCoopers, 2011).

social e territorial, que não podem ser dissociados dos princípios expressos na Estratégia de Acesso aos Mercados e da Estratégia 2020, dos desenvolvimentos em torno da definição do futuro da Política Comercial Comum, nem dos debates em torno dos dois Livros Verdes sobre a informação e a promoção dos produtos agrícolas⁶ e sobre a proteção das florestas na União Europeia (Comissão Europeia, 2011 e 2010 respetivamente).

Apesar da sua importância económica, ambiental e social, a Floresta nem sempre foi encarada como uma prioridade nacional efetiva, embora lhe tenham sido alocados substanciais recursos públicos (Resolução do Conselho de Ministros nº 178/2003 de 17 de novembro). Em anos mais recentes, o desenvolvimento da atividade florestal tem sido apontado como um desígnio nacional (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2010; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, 2005; Resolução do Conselho de Ministros nº 114/2006; Direção-Geral dos Recursos Florestais, 2006; Ministério da Agricultura, Desenvolvimento e Pescas, 2007; Resolução da Assembleia da República sobre o subsector da Cortiça, março de 2007), a par da revitalização do setor agrícola e agropecuário, fundamentais para a recuperação da competitividade do espaço rural. Em 2011, ano internacional das florestas⁷, tem sido reiterada a importância estratégica do setor florestal para o desenvolvimento regional, para o crescimento das exportações e para o crescimento económico.

A Floresta assume grande importância em termos económicos e sociais, não só pelo seu contributo para o valor acrescentado bruto (VAB) nacional e para o emprego mas também pelo seu direcionamento para os mercados externos e consequente avultado contributo para o crescimento das exportações portuguesas. Em 2008, segundo as Contas Nacionais, as indústrias florestais contribuíram com 1,5% do VAB da economia e com 2% do Emprego⁸. Porém, de acordo com as Estatísticas do Comércio Externo para 2010, as exportações destes produtos apresentam um peso mais significativo, de cerca de 8,4%. É também uma atividade⁹ que apresentava em 2005 uma elevada proporção de conteúdo nacional, com 71,4% por unidade exportada, claramente superior à média nacional de 59,3% (Leão e Alves, 2011).

A Fileira Florestal é composta por indústrias extrativas de recursos naturais e indústrias transformadoras heterogéneas, integrando também um conjunto alargado de atividades industriais e uma enorme diversidade de produtos. É parte integrante da cadeia de valor de outras indústrias, designadamente da construção civil e naval, das indústrias de material de transporte, obras públicas, agroalimentar e vitivinícola, do *cluster* do habitat, entre outros. Muitas das atividades que fazem parte desta fileira criam bens de suporte à produção de demais setores, ou seja bens intermédios de base e alguns bens duradouros para consumo final.

Não é frequente encontrar uma delimitação precisa e consensualizada acerca do que é efetivamente o “setor florestal”. Enquanto a montante, as suas fronteiras podem ser mais facilmente delimitadas, a jusante não são tão evidentes. Habitualmente considera-se que integra um conjunto diversificado e interdependente de atividades, mas também de valores e interesses, quer coletivos quer privados que devem necessariamente ser compatibilizados¹⁰. Habitualmente, o “setor florestal” engloba todos os aspetos relativos à exploração, gestão e transformação da Floresta e compreende todos os agentes e atividades incluídos nas atividades de produção de bens e serviços na Floresta, até à disponibilização de produtos finais transformados para consumo. Agrupa tradicionalmente a produção florestal, a indústria florestal ou de base florestal e os serviços que lhe estão associados, incluindo a caça, a pesca e a silvicultura.

⁶ Com a publicação deste Livro Verde, a Comissão Europeia lançou o debate em torno dos sistemas a utilizar para a promoção dos produtos agrícolas da União Europeia (UE) nos próximos anos. Este pretende ajudar a delinear o quadro estratégico e regulamentar para a promoção da qualidade, das tradições e do valor acrescentado dos produtos agrícolas e alimentares da UE, junto dos consumidores europeus e estrangeiros.

⁷ A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou 2011 como o Ano Internacional das Florestas. Para mais informações consultar <http://www.florestas2011.org.pt/> e <http://www.fao.org/forestry/iyf2011/en/>.

⁸ Em equivalente a tempo completo. Estes valores referem-se à definição da Fileira Florestal especificamente adotada neste trabalho, a qual pode ser consultada na secção 2.

⁹ Definido como Madeira, Cortiça e Papel a dois dígitos da Classificação das Atividades Económicas Revisão 2.1.

¹⁰ Banco Português de Investimento, Agro, GES e Jaakko Poyry (1996).

Este trabalho oferece uma definição própria de um conjunto de indústrias de base florestal, que intitulámos “Fileira Florestal”, que assenta na nomenclatura estatística oficial para efeitos de caracterização do seu contexto macroeconómico e sectorial. De acordo com a metodologia adotada neste trabalho, a Fileira Florestal é constituída por um conjunto de atividades económicas de base florestal: a indústria da madeira e da cortiça, do mobiliário e da pasta, do papel e do cartão.

Este trabalho encontra-se dividido em três secções principais. Na secção seguinte contextualiza-se a importância macroeconómica da Fileira Florestal para a economia portuguesa, introduzindo a metodologia que assiste à definição da fileira a nível da classificação estatística das Contas Nacionais. A secção 3 define a Fileira Florestal através das Estatísticas das Empresas, ao longo das sucessivas revisões da Classificação Estatística das Atividades Económicas. Posteriormente, analisa-se a concentração de empresas, através do índice de Herfindahl-Hirschmann e finalmente aborda-se a especialização regional através do quociente de localização das atividades florestais no território português. A última secção oferece alguns comentários finais.

2. Importância da Fileira Florestal na Economia Portuguesa

2.1. Aspetos metodológicos

A análise do desempenho da Fileira Florestal implica necessariamente a delimitação da sua atividade económica como “fileira”, concretamente a nível estatístico. A delimitação da Fileira Florestal no âmbito das Contas Nacionais adotada neste trabalho inclui matérias-primas e produtos transformados intimamente ligados à Floresta, abordagem também adotada em estudos anteriores (Marques, 2010b; Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal, 2010; Associação Empresarial de Portugal, 2008). Na abordagem à Fileira Florestal que propomos incluem-se as principais indústrias transformadoras relacionadas com a produção de produtos da madeira e da cortiça, do papel e do cartão e mobiliário, ou seja, a análise incide sobre as principais “indústrias florestais”.

Uma vez que os dados das Contas Nacionais Anuais Portuguesas (CNAP) com base em 2006, para os anos de 2006, 2007 e 2008 são a principal fonte de informação para a análise da importância da Fileira Florestal no contexto macroeconómico nacional, a identificação das atividades económicas teve por base o nível de detalhe das nomenclaturas de ramos de atividade das CNAP, disponibilizado para o ano base de referência 2006 (NRCN06). A informação disponibilizada pelas CNAP encontra-se disponível ao nível máximo de 82 ramos (nomenclatura com o código A82). Com base neste nível de desagregação a 2 dígitos foram identificadas as diferentes “indústrias florestais”:

- Indústria da madeira, cortiça e suas obras, exceto mobiliário, obras de espartaria e cestaria (ramo 16 da NRCN06)
- Fabricação da pasta, do papel, de cartão e seus artigos (Ramo 17 da NRCN06)
- Fabricação de mobiliário e de colchões (Ramo 31 da NRCN06).

Associada à atividade destas indústrias está a produção, a título principal de produtos da Fileira Florestal. No decurso desta análise houve também necessidade de ser definir uma classificação para os produtos da Fileira Florestal, com base na nomenclatura de produtos das CNAP (NPCN06). A informação estatística por produto dispõe de dados desagregados ao nível máximo de 88 produtos (nomenclatura P88). Neste contexto, foram identificados e selecionados os produtos que se consideram fazer parte integrante da denominada “Fileira Florestal”:

- Madeira, cortiça e suas obras, exceto mobiliário, obras de espartaria e cestaria (produto 16 da NPCN06)
- Papel e cartão e seus artigos (produto 17 da NPCN06)
- Mobiliário (produto 31 da NPCN06).

2.2. Análise segundo as Contas Nacionais

De acordo com os dados das Contas Nacionais, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) das indústrias que compõem a Fileira Florestal representou 1,5% do VAB nacional e 1,28%¹¹ do Produto Interno Bruto (PIB) em 2008 (Quadro 1). Apesar do quadro de estabilização nas duas décadas anteriores a 2005 (Direção-Geral dos Recursos Florestais, 2006), a população empregada na Fileira Florestal tem vindo a diminuir em anos mais recentes, bem como o seu peso na população ativa total e da Indústria Transformadora. Em 2008 foi responsável por cerca de 2% do emprego nacional, correspondendo a um efetivo de cerca de 103 mil empregos diretos. No entanto, o efeito indireto que esta atividade representa na economia de diversos agregados familiares é substancialmente maior, estimando-se poder atingir quatro vezes mais este número, em termos de proprietários florestais existentes, sobretudo em regiões mais desfavorecidas do interior do país em que estas fontes alternativas de rendimento assumem particular importância na aquisição de receitas adicionais. Por outro lado, a elevada fragmentação e pulverização espacial da distribuição da propriedade privada na atividade florestal (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, 2005), tem causado um decréscimo progressivo da população residente em território rural, conduzindo ao consequente abandono da gestão ativa por parte de proprietários rurais, sendo também este o fundamento de diversas propostas de reforma sectorial e estrutural (Decreto nº 13/XI de 5 de abril de 2010).

No contexto da Indústria Transformadora¹², as indústrias da Fileira Florestal foram responsáveis, nesse mesmo ano, por 10,5% do VAB e 12,4% do emprego do total. Constata-se também que o VAB regista uma quebra considerável de 10,3% em 2008 e que por outro lado, o peso do VAB da Fileira Florestal no PIB tem também vindo a perder expressão (1,46% em 2006 e 1,28% em 2008).

Quadro 1 – Peso da Fileira Florestal

	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
	Preços correntes			% na Ind. Transformadora			% no total Nacional		
VAB da Fileira Florestal (10⁶ euros)	2.339	2.447	2.194	11,8	11,9	10,5	1,7	1,7	1,5
<i>Taxa de Variação (%)</i>		4,6	-10,3						
EBE/RM* (10⁶ euros)	1.023	1.115	852	13,5	13,7	10,9	1,7	1,7	1,3
<i>Taxa de Variação (%)</i>		8,9	-23,6						
Emprego, Indivíduos (milhares)	110	107	103	12,8	12,6	12,4	2,2	2,1	2,0
<i>Taxa de Variação (%)</i>		-3,2	-3,2						
Remunerações (10⁶ euros)	1.301	1.315	1.324	10,8	10,7	10,6	1,6	1,6	1,5
<i>Taxa de Variação (%)</i>		1,1	0,7						
Peso do VAB da Fileira Florestal no PIB **							1,46	1,45	1,28

Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais Definitivas (Base 2006).

Notas: * Excedente Bruto de Exploração/Rendimento Misto (EBE/RM); ** Produto Interno Bruto (PIB).

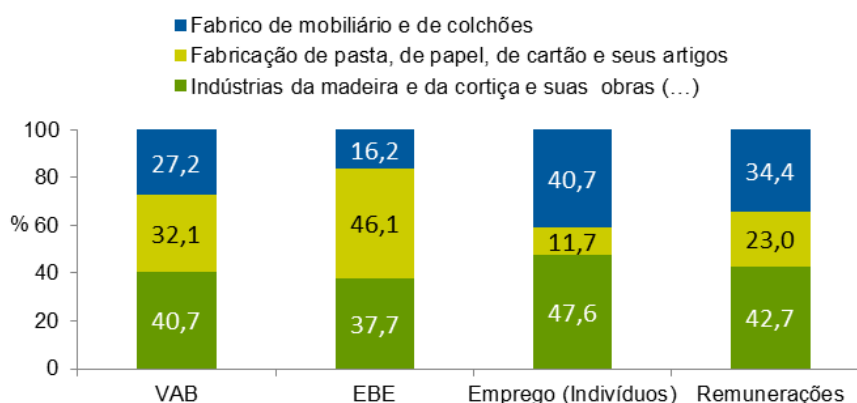
Observando o comportamento dos diferentes agregados da Fileira Florestal entre 2006 e 2008, verifica-se que, à exceção do crescimento nominal moderado das remunerações (0,7% em 2008) e da estabilização da quebra do emprego (que se manteve nos -3,2% entre 2006 e 2008), os restantes agregados registaram taxas de variação homóloga negativas, o que justifica, em parte, a perda de importância relativa das indústrias da Fileira Florestal no contexto nacional, que deve ser também contextualizado com o início da desaceleração do ritmo de crescimento da economia mundial e com a quebra das trocas comerciais que se iniciou nesse ano) (Quadro 1).

¹¹ O peso no PIB total é de 1,65% se também for incluída a Silvicultura.

¹² Secção C da NRCN06 e da CAE Rev.3 (Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3).

Da análise do contributo relativo das diferentes indústrias que compõem a Fileira Florestal, destaca-se a supremacia da “indústria da madeira, da cortiça e suas obras (...)”, como aquela que mais peso tem na estrutura dos principais agregados da Fileira Florestal¹³ e, consequentemente da Indústria Transformadora, representando em 2008, 40,7% do VAB, 47,6% do emprego direto e 42,7% das remunerações da Fileira Florestal (Figura 1).

Figura 1 – Peso das três indústrias florestais no total do VAB, EBE, emprego e remunerações da Fileira Florestal, 2008



Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais Definitivas (Base 2006).

Relativamente ao desempenho dos diferentes subsectores importa, ainda, avaliar o contributo de cada um deles para o comportamento da Fileira Florestal. Apesar da maior importância do subsector da indústria da madeira na estrutura da generalidade dos agregados macroeconómicos da Fileira, destaca-se o comportamento nominal negativo da indústria da “pasta, do papel e do cartão” (-5,5 p.p.), como aquele que mais influenciou a quebra nominal de 10,3% do VAB da fileira em 2008 (Quadro 2). A indústria do mobiliário foi a única a contribuir de forma positiva (+0,1 p.p.), apesar de registar um crescimento moderado (+0,3%).

Quadro 2 – Valor acrescentado bruto de cada subsector da Fileira Florestal

	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2008
	Preços correntes			% na Fileira Florestal			contributos
VAB (10⁶ euros)							p.p.
Fileira Florestal	2.339	2.447	2.194	100,0	100,0	100,0	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		4,6	-10,3				-10,3
Indústria da Madeira	932	1.012	893	39,8	41,4	40,7	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		8,6	-11,8				-4,9
Indústria da pasta, do papel e do cartão	835	840	705	35,7	34,3	32,1	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		0,6	-16,1				-5,5
Industria do Mobiliário	572	595	597	24,5	24,3	27,2	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		4,0	0,3				0,1

Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais Definitivas (Base 2006).

Nota: Contributo para o crescimento total do VAB da Fileira Florestal - Análise *shift-share*: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Mede a proporção de crescimento atribuível a cada subsector da Fileira Florestal.

¹³ Com excepção do Excedente Bruto de Exploração.

Em 2008, todos os três subsetores da Fileira Florestal registaram uma variação negativa do Excedente Bruto de Exploração¹⁴ (EBE). A indústria da “pasta de papel, de cartão e seus artigos” é aquela que mais peso tem na estrutura deste agregado no contexto da Fileira Florestal, apesar de se verificar uma perda na sua importância relativa entre 2006 e 2008. Esta situação deve-se ao facto das remunerações deste subsector serem as que menos peso têm nas remunerações totais da Fileira Florestal, apesar dos níveis do VAB deste subsector e da indústria do mobiliário serem próximos (Quadros 2 e 3).

Com exceção da indústria do mobiliário, que apresenta um crescimento nominal positivo das remunerações (4,6%) e um contributo de 1,5 p.p., a qual sustenta o crescimento do total da fileira (0,7%) os outros dois setores acusam uma desaceleração dos respetivos níveis remuneratórios (-1,2% na Indústria da Madeira e -1,3% na “indústria da pasta, do papel e do cartão” em 2008). Paralelamente, entre 2006 e 2008, assiste-se a uma redução do emprego nestas indústrias, com maior incidência na Indústria da Madeira (-4,5% em 2008), que representa cerca de 47,6% do emprego na Fileira Florestal. No seu conjunto estas três indústrias reduziram o peso da sua mão-de-obra no total do setor transformador em 0,3 p.p. entre 2006 (12,8%) e 2008 (12,4%) (Quadro 3).

Quadro 3 – Excedente bruto de exploração e Remunerações
Subsetores da Fileira Florestal

	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2008
	Preços correntes			% na Fileira Florestal			Contributos (p.p.)
EBE/RM (milhões de euros)							
Fileira Florestal	1.023	1.115	852	100,0	100,0	100,0	
Taxa de Variação (%)		8,9	-23,6				-23,6
Indústria da Madeira	363	433	321	35,5	38,8	37,7	
Taxa de Variação (%)		19,1	-25,8				-10,0
Indústria da pasta, do papel e do cartão	514	526	393	50,3	47,2	46,1	
Taxa de Variação (%)		2,2	-25,3				-11,9
Industria do Mobiliário	145	156	138	14,2	14,0	16,2	
Taxa de Variação (%)		7,3	-11,5				-1,6
Emprego, Indivíduos (milhares)							
Fileira Florestal	110	107	103	100,0	100,0	100,0	
Taxa de Variação (%)		-3,2	-3,2				-3,2
Indústria da Madeira	53	52	49	48,0	48,3	47,6	
Taxa de Variação (%)		-2,7	-4,5				-2,2
Indústria da pasta, do papel e do cartão	13	13	12	11,8	11,8	11,7	
Taxa de Variação (%)		-3,2	-3,3				-0,4
Industria do Mobiliário	44	43	42	40,2	40,0	40,7	
Taxa de Variação (%)		-3,8	-1,6				-0,6
Remunerações (milhões de euros)							
Fileira Florestal	1.301	1.315	1.324	100,0	100,0	100,0	
Taxa de Variação (%)		1,1	0,7				0,7
Indústria da Madeira	563	572	565	43,3	43,5	42,7	
Taxa de Variação (%)		1,7	-1,2				-0,5
Indústria da pasta, do papel e do cartão	314	308	304	24,2	23,4	23,0	
Taxa de Variação (%)		-2,0	-1,3				-0,3
Industria do Mobiliário	424	435	455	32,6	33,1	34,4	
Taxa de Variação (%)		2,7	4,6				1,5

Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais Definitivas (Base 2006).

Nota: Contributo para o crescimento total do VAB da Fileira Florestal - Análise *shift-share*: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Mede a proporção de crescimento atribuível a cada subsector da Fileira Florestal.

¹⁴ O Excedente Bruto de Exploração pode ser obtido a partir da diferença entre o valor acrescentado bruto e os custos com o pessoal e os impostos líquidos de subsídios à produção.

Os dados das CNAP para a produção de produtos da Fileira Florestal revelam que, em 2008, a produção registou uma quebra homóloga nominal de 3,3%, após um crescimento de 5,1% em 2007, totalizando 7.553 milhões de Euros, o que representou 9,4% da produção de produtos industriais transformados desse ano (Quadro 4). O decréscimo na produção dos produtos da Fileira Florestal em 2008, representou um *volte-face* na trajetória que vinha sendo verificada desde 2004. Este deve-se, essencialmente, à redução da oferta doméstica dos produtos da “madeira e cortiça e suas obras (...)”, grupo de produtos que assume maior importância na estrutura produtiva dos produtos da Fileira Florestal (43,7% em 2008, menos 2,8 p.p. que em 2007) e, consequentemente dos produtos industriais transformados (4,1% em 2008, menos 0,4 p.p. face a 2007).

A exportação apresenta um comportamento semelhante ao da produção. Após um crescimento de 6,7% entre 2006 e 2007, regista uma diminuição (-1,9%), com impacto visível na redução do peso da exportação da fileira no conjunto da Indústria Transformadora (9,6% em 2006 e 9,3% em 2008).

Em 2007, todos os três grupos de produtos da Fileira Florestal registaram taxas de crescimento nominal positivas na exportação e na produção. A inversão do crescimento registado em 2008, é explicado fundamentalmente pela desaceleração que atinge a indústria da “madeira, e cortiça e suas obras...” (-9% na produção e -9,1% na exportação), e que contribuiu de forma significativa para o agregado da fileira.

As projeções da UNECE e da FAO (2005) estimam que em Portugal a produção de pasta de papel cresça de forma significativa até ao ano 2020, ultrapassando o consumo, devido ao alargamento de áreas de plantação florestal.

Quadro 4 - Produção e Exportação* dos produtos da Fileira Florestal

	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
	Milhões de euros			% na fileira florestal			% na ind. transformadora		
Produção (preços de base) de produtos da Fileira Florestal									
	7.432	7.809	7553	100,0	100,0	100,0	9,8	9,8	9,4
Taxa de Variação		5,1%	-3,3%		0 p.p.	0 p.p.		0 p.p.	-0,4 p.p.
Madeira e cortiça e suas obras, excepto mobiliário, obras de espartaria e cestaria									
	3.419	3.631	3303	46,0	46,5	43,7	4,5	4,5	4,1
Taxa de Variação		6,2%	-9,0%		0,5 p.p.	-2,8 p.p.		0 p.p.	-0,4 p.p.
Papel e cartão e seus artigos									
	2.473	2.585	2654	33,3	33,1	35,1	3,2	3,2	3,3
Taxa de Variação		4,5%	2,7%		-0,2 p.p.	2 p.p.		0 p.p.	0,1 p.p.
Mobiliário									
	1.540	1.594	1596	20,7	20,4	21,1	2,0	2,0	2,0
Taxa de Variação		3,5%	0,1%		-0,3 p.p.	0,7 p.p.		0 p.p.	0 p.p.
Exportações* de produtos da Fileira Florestal									
	3.308	3.529	3463	100,0	100,0	100,0	9,6	9,6	9,3
Taxa de Variação		6,7%	-1,9%		0 p.p.	0 p.p.		0 p.p.	-0,3 p.p.
Madeira e cortiça e suas obras (...)									
	1.392	1.470	1337	42,1	41,7	38,6	4,1	4,0	3,6
Taxa de Variação		5,6%	-9,1%		-0,4 p.p.	-3,1 p.p.		-0,1 p.p.	-0,4 p.p.
Papel e cartão e seus artigos									
	1.509	1.586	1615	45,6	44,9	46,6	4,4	4,3	4,3
Taxa de Variação		5,1%	1,8%		-0,7 p.p.	1,7 p.p.		-0,1 p.p.	0 p.p.
Mobiliário									
	407	473	511	12,3	13,4	14,8	1,2	1,3	1,4
Taxa de Variação		16,0%	8,2%		1,1 p.p.	1,4 p.p.		0,1 p.p.	0,1 p.p.

Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais Definitivas (Base 2006).

Nota: * Em Contas Nacionais as Exportações correspondem ao somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros na perspectiva das Estatísticas do Comércio Internacional.

A Fileira Florestal é um setor eminentemente voltado para o exterior, com uma forte tendência exportadora com raízes históricas (Pestana e Tinoco, 2009; Devy-Vareta, 1985). Este representa um dos setores tradicionais de exportação portuguesa (Marques, 2010a e 2010b; Ferreira do Amaral, 2006; Sarmiento, 2007). Os dados patentes no Quadro 5, centrados nos anos mais recentes de 2006 e 2008, revelam que quase metade da produção dos produtos da Fileira Florestal têm como destino o mercado externo. O excelente desempenho deste setor está também patente no incremento do peso das exportações na produção destes produtos no período em análise (+1,4 p.p.). Apesar do quadro de contração económica registado em 2008, este rácio registou um acréscimo de 0,7 p.p. face a 2007, o mesmo sucedendo relativamente a 2006.

A orientação sectorial para o mercado externo tem vindo a crescer (UNECE e FAO, 2005), acompanhando a tendência global da economia portuguesa no período (Sarmiento e Reis, 2011; Cabral, 2008) mas de um modo bastante mais pronunciado em anos mais recentes. A observação a este nível de agregação, por subsector da Fileira Florestal, indica que a maior orientação exportadora reside nos produtos do “papel e cartão e seus artigos”¹⁵. Não obstante, a sua variação registou um decréscimo de 0,5 p.p. em 2008, derivada da sua forte orientação exportadora, afetada pelo contexto de redução dos fluxos de comércio mundial. Apesar desta circunstância macroeconómica, a indústria do mobiliário continuou a demonstrar o seu poder de conquista de mercados externos (+5,5 p.p. em 2008 face a 2006).

Dada a disponibilidade de recursos florestais de base para o fornecimento de pasta de celulose, é também projetado pelas Nações Unidas (UNECE e FAO, 2005) que o rápido crescimento da exportação líquida de pasta de papel, proporcionado pelo elevado ritmo de crescimento da produção, não poderá ser suportado no futuro e que o acréscimo de produção será muito provavelmente consumido internamente.

Quadro 5 – Orientação exportadora¹⁶ dos produtos da Fileira Florestal

	2006	2007	2008	2006	2007	2008
	%			Variação (p.p.)		
Fileira Florestal	44,5	45,2	45,9	0,7	0,7	
Madeira e cortiça e suas obras (...)	40,7	40,5	40,5	-0,2	0,0	
Papel e cartão e seus artigos	61,0	61,4	60,9	0,3	-0,5	
Mobiliário	26,5	29,7	32,0	3,2	2,4	

Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais Definitivas (Base 2006).

3. Síntese sectorial

3.1. Aspetos metodológicos

A dinâmica empresarial assume primordial importância na análise do desempenho económico de um determinado setor de atividade. O trabalho desenvolvido no contexto da reconstituição da “Fileira Florestal” considerou, à semelhança do realizado no quadro do Sistema de Contas Nacionais, um processo criterioso de identificação das atividades económicas a integrar na contabilização estatística desta fileira. Neste âmbito, a principal fonte de informação foram as Estatísticas das Empresas, as quais

¹⁵ Ver também Martins, 2007.

¹⁶ (Exportações / Produção) x 100.

são produzidas e divulgadas pelo INE. Procurou obter-se uma série de dados longa, a qual, tendo em conta os dados atualmente disponíveis, considera os anos compreendidos entre 2000 e 2008. Dado este ser um período em que existiram algumas alterações metodológicas e sucessivas atualizações das versões da Classificação das Atividades Económicas (CAE), houve necessidade de se efetuar um trabalho de correspondência entre as diferentes versões que estiveram em vigor entre 2000 e 2008 (Rev.2, Rev. 2.1 e Rev. 3), as quais se ilustram no Quadro 6. A introdução da CAE Rev.3 cria problemas adicionais, na medida em que a correspondência das “Indústrias da Madeira, cortiça e suas obras” (CAE 20 nas Revisões 2 e 2.1) e da “Fabricação de mobiliário e colchões” (CAE 361) passa a não ser direta e a estar repartida cada uma delas em duas classificações com níveis de desagregação diferenciados.

Quadro 6 - Tabela de correspondência entre as diferentes versões da CAE

CAE Rev. 2	CAE Rev. 2.1	CAE Rev.3
20 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	20 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria 32995 - Fabricação de caixões mortuários em madeira
21 - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	21 - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos
361 - Fabricação de mobiliário e de colchões	361 - Fabricação de mobiliário e de colchões	31 - Fabrico de mobiliário e de colchões 9524 - Reparação de mobiliário e similares, de uso doméstico

3.2. Análise segundo as Estatísticas das Empresas

De acordo com os dados das Estatísticas das Empresas, existiam 13.199 empresas em 2009 cuja atividade principal se enquadra nas atividades da Fileira Florestal (Quadro 7), representando cerca de 17,8% do total das empresas da Indústria Transformadora, número inferior ao do ano 2000. Os dados apontam, ainda, para a diminuição da dimensão média das empresas florestais (7,5 trabalhadores em 2000 e apenas 6,4 em 2009). O rácio das sociedades constituídas sobre as dissolvidas também acusa alguma oscilação, com uma tendência genérica para uma diminuição do rácio das sociedades constituídas face às dissolvidas.

A estrutura fundiária da floresta portuguesa tem sido apontada como fator inibidor do desenvolvimento das atividades florestais (Nações Unidas, 2002). A exploração da floresta é feita predominantemente por micro e pequenas empresas, na sua grande maioria privadas, aspeto intimamente ligado à pulverização da propriedade florestal¹⁷. A dimensão média das empresas da Fileira Florestal encontra-se abaixo da média da Indústria Transformadora e da dimensão média nacional (INE, Estatísticas das Empresas). No entanto, a nível empresarial, a economia portuguesa compreende algumas empresas de dimensão mundial. De acordo com os dados da PriceWaterhouseCoopers, a estrutura empresarial portuguesa na

¹⁷ Segundo o documento de suporte ao processo de dinamização das Indústrias Florestais em Portugal (2008), “Os cerca de 400.000 proprietários florestais que se estima existirem em Portugal Continental constituem uma população relativamente diversa em termos de atitude face à floresta. Variando em função da região do País, principalmente no Norte e no Centro a dimensão da propriedade é reduzida, assim como é baixa a apetência por formas associativas ou cooperativas de gestão do seu património. (...) Esta situação induz a uma não profissionalização da gestão florestal com todas as consequências que daí advêm e que terminam numa não gestão ou gestão absentista do território”. Os resultados do inquérito realizado por Batista e Santos (2005) revela que 60% dos proprietários de pinhal possuem propriedades com menos de 1 ou 5 hectares.

fileira florestal conta com algumas das mais representativas empresas europeias do setor (PriceWaterhouseCoopers, 2006). Entre as 100 maiores empresas do mundo encontram-se três empresas nacionais.

A produção manteve um ritmo crescente desde 2000, com desaceleração evidente a partir de 2008, superior à média da Indústria Transformadora, com consequências óbvias a nível da diminuição de importância da Fileira no setor transformador (11,4% em 2000 e 9,7% em 2009). Por outro lado, há ainda a registar em 2008 um aumento substancial da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) para mais do dobro face a 2007, assumindo um peso de 16,5% no investimento total na Indústria Transformadora. No entanto, no ano seguinte registou-se uma quebra acentuada de 19,2%. Apesar disso, o investimento da Fileira aumentou a sua representatividade no contexto da Indústria Transformadora (16,9%).

Quadro 7 – Variáveis económicas das empresas da Fileira Florestal, 2000-2009

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2000	2001	2002	2003	2004*	2005	2006	2007	2008	2009
	Fileira Florestal										% no total da Indústria Transformadora									
Empresas (nº) *	16.116	15.087	15.920	15.595	18.625	18.130	17.445	15.283	14.543	13.199	20,9	20,8	20,2	19,9	18,1	17,4	17,8	18,6	18,3	17,8
Taxa de Variação (%)		-6,4	5,5	-2,0		-2,7	-3,8		-4,8	-9,2		-0,5	-3,1	-1,6		-4,1	2,4		-1,6	-2,7
Pessoal ao Serviço (nº) *	120.916	115.269	115.341	110.919	113.985	112.789	106.016	97.030	93.800	84.404	12,9	12,7	12,7	12,5	13,1	13,0	12,8	12,3	12,1	11,7
Taxa de Variação (%)		-4,7	0,1	-3,8		-1,0	-6,0		-3,3	-10,0		-1,8	-0,1	-1,1		-0,6	-1,6		-1,3	-3,2
Volume de Negócios (milhões de euros) *	7.545	7.491	7.600	7.659	7.825	7.855	8.133	8.284	7.808	6.792	11,1	10,8	11,1	11,1	11,0	10,7	10,6	10,2	9,4	9,6
Taxa de Variação (%)		-0,7	1,5	0,8		0,4	3,5		-5,7	-13,0		-2,9	3,0	-0,4		-2,0	-1,6		-7,5	2,3
Valor da Produção (milhões de euros) *	7.425	7.375	7.486	7.547	7.440	7.550	7.800	7.801	7.461	6.391	11,4	11,1	11,4	11,4	11,1	10,9	10,6	10,1	9,5	9,7
Taxa de Variação (%)		-0,7	1,5	0,8		1,5	3,3		-4,4	-14,4		-2,5	3,0	-0,3		-1,7	-2,5		-6,6	2,8
VAB (milhões de euros) *	2.297	2.131	2.222	2.145	2.148	2.208	2.265	2.330	2.004	1.764	12,7	11,9	12,2	11,6	11,5	11,9	12,1	12,1	10,6	10,6
Taxa de Variação (%)		-7,2	4,2	-3,4		2,8	2,6		-14,0	-12,0		-6,3	2,3	-4,5		3,5	2,1		-12,2	-0,3
FBCF (milhões de euros) *	..	..	..	..	..	326	381	371	793	640	..	..	..	..	..	10,6	10,5	10,3	16,5	16,9
Taxa de Variação (%)							16,8		113,9	-19,2							-0,7		59,5	2,8
Sociedades Constituídas (nº) **	..	..	553	290	266	236	241	315	316	277	..	..	16,6	13,9	14,4	12,8	10,3	13,9	14,4	14,1
Taxa de Variação (%)				-47,6	-8,3	-11,3	2,1	30,7	0,3	-12,3				-16,3	3,6	-11,1	-19,5	34,7	4,0	-2,2
Sociedades Dissolvidas (nº) **	..	..	143	237	230	288	168	150	641	369	..	..	17,3	16,4	14,8	15,1	16,9	12,8	12,1	8,6
Taxa de Variação (%)				65,7	-3,0	25,2	-41,7	-10,7	327,3	-42,4				-5,2	-9,8	2,0	11,9	-24,3	-5,4	
Sociedades Constituídas / Sociedades Dissolvidas	..	..	3,9	1,2	1,2	0,8	1,4	2,1	0,5	0,8										
	Fileira Florestal										Indústria Transformadora									
Dimensão média das empresas *	7,5	7,6	7,2	7,1	6,1	6,2	6,1	6,3	6,4	6,4	12,2	12,6	11,6	11,3	8,5	8,3	8,5	9,6	9,7	9,7
Taxa de Variação (%)		1,8	-5,2	-1,8		1,7	-2,3		1,6	-0,9		3,2	-8,0	-2,3		-1,9	1,7		1,3	-0,4

Fontes: INE, Estatísticas das Empresas (Inquérito Anual às Empresas Harmonizado - 2000 a 2003; Sistema de Contas Integrado das Empresas -2004 a 2008); INE (Ministério da Justiça, GPLP; Estatísticas do Notariado).

Notas:.. Não disponível. * Quebra de série em 2004. A alteração metodológica introduzida a partir do ano de 2004 no Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), abrangendo de forma mais exaustiva a componente das empresas, não permite a comparação direta com os anos anteriores. Dados disponibilizados na CAE Rev.2.1. Nova quebra de série em 2007, ano em que começou a vigorar a Revisão 3 da CAE (Classificação das Atividades Económicas), geralmente designada por CAE Rev.3. Por questões de coerência entre a CAE Rev. 2.1 e a CAE Rev.3 foram incluídas as unidades (empresas) classificadas nas CAE's Rev.3 95240 (Reparação de mobiliário e similares, de uso doméstico) - anteriormente classificadas na CAE Rev. 2.1 361 (Fabricação de Mobiliário e colchões). ** Dados em CAE Rev.2.1 para 2007 e CAE Rev.3 para 2008 e 2009.

3.3. O índice de concentração Herfindahl-Hirschmann

Uma forma habitual de avaliar o poder de mercado tem sido através do uso de índices de concentração. O Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) é um dos indicadores mais utilizados de concentração (ou concorrência) entre as empresas, sendo uma medida que traduz a sua dimensão relativamente à indústria, setor ou mercado onde operam. Para uma indústria com n empresas, o IHH é definido como:

$$IHH = \sum_{i=1}^n \left[\frac{100 \cdot X_i}{\sum_{i=1}^n X_i} \right]^2$$

Onde X_i é uma medida indicativa da dimensão da empresa. Neste caso, foi utilizado no cálculo o volume de vendas de cada empresa i . Uma diminuição do índice IHH indica geralmente uma perda de poder de influência sobre os preços (*pricing power*) e uma diminuição da concentração e vice-versa. Um valor próximo de 0 reflete um grau de concorrência muito elevado e um próximo de 10.000 reflete uma situação

de monopólio. Um setor é considerado “não concentrado” caso seu HHI seja menor que 1.000, moderadamente concentrado” caso o HHI esteja entre 1.000 e 1.800 e é considerado “altamente concentrado” se o HHI for superior a 1.800.

No Quadro 8 estão representados os índices Herfindahl-Hirschman para duas das indústrias que compõem a Fileira Florestal, desagregadas a dois dígitos da CAE Rev. 2 e 2.1.. Verifica-se que a “Indústria da Madeira, da Cortiça e suas obras (...)” é pouco concentrada, contendo um maior número de empresas do que a indústria de “Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos” (5.723 e 376 empresas em 2006, respetivamente). Dada a tendência de elevação no tempo do IHH a partir de 2001, esta última apresenta um nível de concentração moderado. As indústrias de celulose caracterizam-se normalmente por possuírem um número mais reduzido de unidades de produção, sendo no entanto de grande porte e operando sob economias de escala. A sua mão de obra possui habitualmente um nível de especialização mais elevado, mas são essencialmente indústrias capital-intensivas, que implicam habitualmente um investimento avultado em unidades fabris. São também indústrias muito abertas, voltadas para o mercado externo.

Quadro 8 - Índices de concentração sectorial de Herfindahl-Hirschman entre 1995 e 2006

CAE Rev.2.1.		
	20 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	21 - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
	IHH	
1995	78,9	846,8
1996	51,6	1034,7
1997	68,2	842,2
1998	53,5	959,4
1999	63,8	905,7
2000	53,7	954,9
2001	42,8	1207,1
2002	61,4	1299,9
2003	67,9	1301,5
2004	68,4	1333,6
2005	83,7	1265,0
2006	96,9	1198,6
Diferencial 2006-1995	18,0	351,8

Fonte: Cálculos próprios com base nos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS) e na metodologia do Eurostat/OCDE (2007).

Nota: As células sem valor correspondem a situações em que as empresas deixaram de estar presentes na base de dados, ou por morte ou por terem apresentado um valor de vendas nulo ou ainda por não preencherem os Quadros de Pessoal nesse ano.

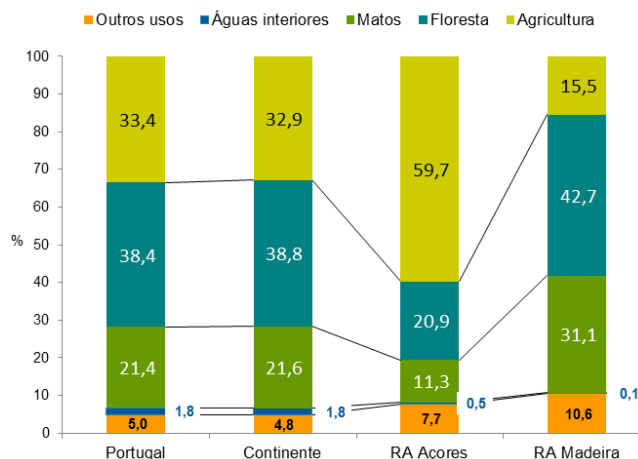
Os dados foram apenas calculados a 2 dígitos na CAE Rev. 2 e Rev. 2.1., pelo que não foi possível calcular o IHH para Indústria do Mobiliário (CAE 361 da CAE Rev. 2 e Rev. 2.1).

3.4. Especialização regional

As atividades florestais encontram-se habitualmente inseridas em explorações agrícolas, onde se combinam frequentemente com atividades agropecuárias em sistemas produtivos integrados. O solo rural, entendido como a área ocupada por espaços agrícolas e florestais, estende-se por mais de 90% da superfície de Portugal. A utilização do solo resulta da ocupação histórica desse espaço (Devy-Vareta, 1985) e encontra-se repartida fundamentalmente por áreas de povoamentos florestais (38,4% do total em 2005) e por áreas dominadas pelas atividades agrícolas (33,4%), a que acresce a área ocupada por

matos (21,6%), segundo os dados da Autoridade Florestal Nacional (2010). Os dados do primeiro Inventário Florestal da região autónoma da Madeira evidenciam uma maior proporção da utilização do solo atribuído à floresta (42,7%) que a média do continente (38,8%), o que confere ao seu solo rural uma vocação eminentemente florestal (Figura 2).

Figura 2 – Repartições dos usos do solo por regiões em 2005



Fontes: Autoridade Florestal Nacional – 5º Inventário Florestal Nacional; Direção Regional dos Recursos Florestais - Inventário Florestal da Região Autónoma dos Açores; Direção Regional de Florestas - 1º Inventário Florestal da Região Autónoma da Madeira.

A nível geográfico, a superfície florestal encontra-se concentrada em Portugal Continental (Quadro 9), designadamente nas regiões NUT II do Alentejo (40,9% da superfície florestal em 2005/2006), Centro (33,5%) e Norte (19,7%). Entre o Inventário Florestal Nacional de 1995/1998 e o de 2005/2006 houve uma expansão da área de povoamento florestal em todas as regiões, com exceção de Lisboa. O rácio do VAB face à área florestal é de 615,6 por hectare¹⁸.

Quadro 9 – Superfície florestal do território português por NUTS II

	1995/1998		2005/2006	
	mil hectares	estrutura (%)	mil hectares	estrutura (%)
Superfície florestal total por NUTS II	3.381	100,0	3.564	100,0
<i>Taxa de Variação (%)*</i>			5,4	
Continente	3.349	99,1	3.459	97,0
Norte	667	19,9	681	19,7
Centro	1.156	34,5	1.159	33,5
Lisboa	74	2,2	72	2,1
Alentejo	1.343	40,1	1.414	40,9
Algarve	109	3,3	132	3,8
Região Autónoma dos Açores	21	0,6	72	2,0
Região Autónoma da Madeira	11	0,3	34	1,0

Fontes: Autoridade Florestal Nacional – 5º Inventário Florestal Nacional; Direção Regional dos Recursos Florestais - Inventário Florestal da Região Autónoma dos Açores; Direção Regional de Florestas - 1º Inventário Florestal da Região Autónoma da Madeira.
Notas: * Taxa de variação entre o Inventário Florestal Nacional de 1995/98 e o de 2005/06;... Valores não disponíveis.

¹⁸ Cálculos próprios com base em dados das Contas Nacionais (INE) e do Inventário Florestal Nacional (AFN).

O nível de especialização regional nas atividades da Fileira Florestal será aferido através do Quociente de Localização (QL), uma das medidas de especialização¹⁹ mais difundidas na literatura regional (Costa, 2002; Riedl e Maia, 2007; Cabral e Sousa, 2001; Paiva, 2006). O Quociente de Localização é no fundo uma medida de localização que permite tecer considerações sobre o grau de especialização de uma região numa determinada atividade existente num território.

O QL compara a participação percentual de uma atividade específica numa região com a participação percentual dessa atividade no total da economia nacional. Ou seja, fornece uma medida da importância relativa de uma atividade económica numa região, tendo em conta a sua respetiva dimensão a nível nacional. Este indicador informa não só se o objeto de medição é ou não especializado, mas também o quanto ele está especializado. Mais especificamente, este traduz “quantas vezes mais” (ou menos) uma região se dedica a uma determinada atividade *vis-à-vis* o conjunto das regiões que perfazem a macrorregião de referência.

Habitualmente utiliza-se a participação percentual do emprego como medida de importância ou dedicação a certa atividade. Neste caso, a aplicação desta metodologia considerará as regiões portuguesas NUT II e NUT III, o emprego enquanto indicador de análise, a Fileira Florestal como o conjunto das atividades e Portugal como espaço padrão.

O Quociente de Localização pode então ser obtido a partir da seguinte expressão:

$$QL_{ij} = \frac{\frac{X_{rj}}{X_r}}{\frac{X_{pj}}{X_p}}, \text{ onde } QL_{ij} \geq 0$$

Onde:

X_{rj} = Valor da atividade j na região r

X_r = Valor do total das atividades consideradas, na região r

X_{pj} = Valor da atividade j no espaço geográfico padrão p

X_p = Valor do total das atividades consideradas no espaço geográfico padrão p

Do valor do rácio obtêm-se as seguintes conclusões:

Se $QL_{ij} = 0$: a região r não possui a atividade j .

Se $QL_{ij} = 1$, a região r tem um grau de especialização idêntico ao do espaço padrão p .

Se $QL_{ij} > 1$ (ou < 1), a região em questão é mais (ou menos) especializada na atividade j do que a região padrão.

Se o valor do QL for maior do que 1, essa região é relativamente mais importante no contexto nacional dessa atividade, ou seja detém uma expressão da atividade da Fileira Florestal superior à verificada na região padrão.

¹⁹ Existe uma especialização se uma percentagem maior (*vis-à-vis* um determinado padrão médio) de tempo, trabalho e energia de um determinado agente (neste caso uma região) é alocada numa determinada atividade e, portanto, uma percentagem menor (*vis-à-vis* a mesma norma, o mesmo padrão médio) desse trabalho e dessa energia será alocado em atividades alternativas.

Tomando em consideração a utilização da variável emprego no ano de 2009 e o caso do território português e respetivas regiões NUTS II, observamos que o emprego na Fileira Florestal apresenta uma maior expressão nas regiões Norte, Centro e Alentejo, por ordem de importância, regiões com as três maiores superfícies do solo atribuídas à ocupação florestal (Quadro 10 e 11). O emprego na indústria da Madeira encontra-se predominantemente localizado na região Norte e Centro, bem como a do Mobiliário, embora que relativamente mais afeto ao Norte do país. A região Centro apresenta um nível de concentração de mão de obra na indústria da pasta, do papel e do cartão cerca de duas vezes superior à média do país, sendo a combinação região/indústria com o QL mais elevado (1,9).

Quadro 10 - Quociente de Localização do Emprego da Fileira Florestal para 2009 por NUTS II *

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. dos Açores	R. A. da Madeira	Portugal
Fileira Florestal	1,6	1,5	0,3	0,8	0,2	0,4	0,3	1,00
Indústria da Madeira	1,6	1,5	0,2	1,1	0,4	0,8	0,6	1,00
Indústria da pasta, do papel e do cartão	1,2	1,9	0,7	0,1	0,01	0,00	0,02	1,00
Indústria do Mobiliário	1,8	1,3	0,2	0,8	0,1	0,1	0,1	1,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos Quadros do Pessoal, Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS).

Nota: *Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, versão de 2002, nível II.

Considerando uma desagregação superior, a nível das regiões NUT III, observa-se que são as sub-regiões Entre Douro e Vouga (Norte), Pinhal Interior Sul (Centro), Tâmega (Norte) e Pinhal Interior Norte (Centro) as mais especializadas em atividades florestais. No que diz respeito à Indústria da Madeira, o Pinhal Interior Sul e Entre Douro e Vouga apresentam coeficientes de especialização bastante elevados (9,8 e 9,1 respetivamente). O emprego na indústria do Mobiliário está particularmente concentrado no Grande Porto (8,6), e em menor grau no Pinhal Interior Norte (3,1) e Baixo Vouga (2,3). A indústria da pasta, do papel e do cartão, continua a apresentar valores elevados de concentração de mão de obra nas regiões do Centro, com particular destaque para o Médio Tejo (5,7), Beira Interior Sul (4,5) e Baixo Mondego (3,5). No entanto, a região Entre Douro e Vouga, no Norte, apresenta também um valor de especialização elevado (4,1).

Quadro 11 - Quociente de Localização do Emprego da Fileira Florestal para 2009 por NUTS III *

NUTS II / III	Fileira Florestal	Indústria da Madeira	Indústria da pasta, do papel e do cartão	Indústria do Mobiliário
Norte	1,6	1,6	1,2	1,8
Minho-Lima	1,0	1,4	2,0	0,4
Cávado	0,8	0,9	0,4	0,8
Ave	0,7	0,7	1,2	0,6
Grande Porto	0,7	0,7	1,1	0,7
Tâmega	4,5	1,4	0,3	8,6
Entre Douro e Vouga	5,0	9,1	4,1	1,5
Douro	0,3	0,5	0,0	0,2
Alto Trás-os-Montes	0,5	0,7	1,8	0,3
Centro	1,5	1,5	1,9	1,3
Baixo Vouga	1,8	1,3	1,8	2,3
Baixo Mondego	1,0	0,8	3,5	0,5
Pinhal Litoral	1,4	1,6	1,4	1,1
Pinhal Interior Norte	3,1	3,4	2,2	3,1
Dão-Lafões	1,5	2,1	0,6	1,1
Pinhal Interior Sul	4,8	9,8	1,9	1,2
Serra da Estrela	0,5	0,8	0,0	0,4
Beira Interior Norte	0,4	0,5	0,0	0,3
Beira Interior Sul	1,2	0,5	4,5	0,7
Cova da Beira	0,5	0,6	0,1	0,7
Oeste	0,8	0,7	0,4	1,0
Médio Tejo	2,3	2,1	5,7	1,3
Lisboa	0,3	0,2	0,7	0,2
Grande Lisboa	0,2	0,1	0,4	0,2
Península de Setúbal	0,7	0,6	2,0	0,2
Alentejo	0,8	1,1	0,1	0,8
Alentejo Litoral	0,5	0,9	0,0	0,4
Alto Alentejo	1,0	2,2	0,2	0,1
Alentejo Central	0,6	1,3	0,1	0,2
Baixo Alentejo	0,1	0,2	0,0	0,1
Lezíria do Tejo	1,3	1,1	0,2	1,8
Algarve	0,2	0,4	0,0	0,1
R.A. dos Açores	0,4	0,8	0,0	0,1
R.A. da Madeira	0,3	0,6	0,0	0,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos Quadros do Pessoal, Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS).
Nota: * Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, versão de 2002, nível III.

4. Comentários finais

A Fileira Florestal corresponde a um conjunto de atividades bastante heterogéneas, atípica pela diversificação de atividades económicas que contempla. Grande parte da sua produção corresponde a bens de suporte à produção dos demais setores (bens intermédios) e/ou bens duradouros para consumo final. Para além dos produtos madeireiros baseados nas duas espécies dominantes na produção lenhosa portuguesa (o pinheiro e o eucalipto) e da atividade corticeira, a Fileira Florestal tem diversos pólos economicamente ativos a uma escala local. Integra um conjunto alargado de atividades industriais e uma diversidade de produtos considerável, marcando presença em praticamente todos os elos nucleares da cadeia de valor de bens transformados, desde a construção até ao material de transporte, passando pelas máquinas não elétricas e bens de equipamento. Este conjunto de atividades está bem representado no conjunto dos setores que mais contribuem para a “alimentação” das cadeias de abastecimento global.

O território português apresenta um potencial considerável para a exploração florestal. A área ocupada pela Floresta corresponde a mais de 1/3 do território português. A produção manteve desde 2000 um ritmo crescente, com uma desaceleração a partir de 2008. Em 2008 há a registar um aumento substancial da Formação Bruta de Capital Fixo, que assume um peso de 16,5% no investimento total na Indústria Transformadora (16,9% em 2009). Segundo as Contas Nacionais em 2008, a Fileira Florestal representou 1,5% do VAB nacional (10,5% da Indústria Transformadora), 1,28% do PIB e 2% do emprego nacional (12,4% do emprego industrial). A importância do emprego das atividades florestais tem vindo a diminuir, assim como o peso do seu valor acrescentado no PIB. No entanto a Fileira detém uma elevada orientação exportadora, superior à média das Indústrias Transformadoras, sendo responsável em 2010 por 8,4% do total da exportação portuguesa, de acordo com as Estatísticas do Comércio Externo.

A contração da atividade económica, que se seguiu a 2008, refletindo o contexto económico internacional, com consequentes restrições de financiamento a nível global, nomeadamente no agravamento dos prémios de risco e no acesso ao crédito bancário, provocou uma quebra da confiança dos investidores e das expectativas dos agentes económicos, tendo um impacto direto no consumo corrente e no investimento. Apesar desta conjuntura menos favorável, a orientação da Fileira Florestal para o mercado externo tem vindo a crescer. O excelente desempenho deste setor está patente no incremento do peso das exportações, que, segundo as Contas Nacionais, registou um acréscimo de 0,7 p.p. face a 2007, o mesmo sucedendo relativamente a 2006. Dados mais recentes das Estatísticas do Comércio Internacional confirmam o crescimento nominal de 28% das exportações de produtos da Fileira Florestal entre 2009 e 2010.

Em 2009, existiam 13.199 empresas cuja atividade principal se enquadra nas atividades da Fileira Florestal, as quais representam cerca de 17,8% do total das empresas da Indústria Transformadora, em número inferior ao do ano 2000. Estas são maioritariamente micro e pequenas empresas, com uma dimensão inferior à média nacional e ao setor transformador. Os dados apontam ainda para uma tendência de diminuição da dimensão empresarial. No entanto, a economia portuguesa possui algumas das maiores empresas à escala mundial.

Relativamente à concentração de empresas, verifica-se que a Indústria da Madeira, da Cortiça é pouco concentrada, e que a indústria de “Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos” eleva, a partir de 2001, o seu nível de concentração para moderado.

Em sede de especialização regional, observa-se que, em 2009, o emprego na Fileira Florestal assume maior expressão no emprego da região Norte (particularmente Entre Douro e Vouga e Tâmega), Centro (Pinhal Interior Sul e Norte) e Alentejo, regiões com as três maiores superfícies de ocupação florestal. A Indústria da Madeira encontra-se predominantemente localizada na região Norte e Centro, bem como a do Mobiliário, embora que relativamente mais concentrada no Norte. O emprego na indústria do Mobiliário está particularmente concentrado no Grande Porto. A região Centro apresenta um nível de especialização na indústria da pasta, do papel e do cartão duas vezes superior ao resto do país, com enfoque no Médio Tejo, Beira Interior Sul e Baixo Mondego.

A Floresta portuguesa tem características de um setor competitivo, tanto no mercado interno como externo, possuindo uma flexibilidade que lhe tem permitido ajustar-se a choques externos. O setor florestal tem potencialidades promissoras no contributo para o aumento da competitividade nacional. É também uma atividade particularmente dinamizadora da criação de emprego em regiões mais desfavorecidas e da fixação das populações nos territórios de interior.

BIBLIOGRAFIA

- Amacher, Gregory S., Markku Ollikainen and Erkki Koskela (2009), "Economics of Forest Resources", The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal (2010), "Relatório de caracterização da indústria da Fileira Florestal 2010".
- Associação Empresarial de Portugal (2008), "Sector Florestal", Gabinete de Estudos, Câmara de Comércio e Indústria.
- Autoridade Florestal Nacional (2010), "5.º Inventário Florestal Nacional, Apresentação do Relatório Final", Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e Autoridade Florestal Nacional, 7 de setembro de 2010.
- Banco Português de Investimento, Agro, GES e Jaakko Poyry (1996), "Propostas para o desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa", Um estudo independente preparado para a Portucel, Sonae, Soporcel e CAP.
- Baptista, Fernando O. e Ricardo Santos (2005), "Os Proprietários Florestais, Resultados de um inquérito", Celta Editora, Oeiras.
- Cabral, Manuel (2008), "Export diversification and technological improvement: recent trends in the Portuguese economy", GEE Papers n. 6, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia e da Inovação, Lisboa.
- Cabral, Dolores e Ricardo Sousa (2001), "Indicadores de Localização, Especialização e Diversificação e Análise Shift-share: Uma Aplicação às NUT III da Região Norte no Período 1986-1998", NIPE – Working Paper 13/2001
- Comissão Europeia (2011), "Livro Verde sobre a informação e a promoção dos produtos agrícolas: uma estratégia com grande valor acrescentado europeu para promover os sabores da Europa", COM(2011) 436 final Bruxelas.
- Comissão Europeia (2010), "Livro Verde sobre a protecção das florestas e a informação florestal na UE: preparar as florestas para as alterações climáticas", SEC(2010)163 final, Bruxelas.
- Costa, J. S. (coord.) (2002), "Compêndio de economia regional", Associação portuguesa para o desenvolvimento regional (APDR), Coleção APDR.
- Decreto nº 13/XI (2010), "Grandes Opções do Plano para 2010-2013", Diário da Assembleia da República, II SÉRIE-A, nº 5, 5 de abril de 2010.
- Devy-Vareta, Nicole (1985), "Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a "coutada velha" do rei", Revista da Faculdade de Letras, Geografia, Volume I, pp. 47 a 87, Porto.
- Direção Nacional das Fileiras Florestais (2010), "Observatório para as Fileiras Florestais - Relatório de Síntese", Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e Autoridade Florestal Nacional.
- Direção-Geral dos Recursos Florestais (2006), "Estratégia Nacional para as Florestas", Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Eurostat/OCDE (2007), "Manual of Business Demography Statistics".

- Ferreira do Amaral, João (2006), “Evolução do Comércio Externo Português de Exportação (1995-2004)”, GEE Papers nº 1, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia e da Inovação.
- Leão, João e Ricardo Pinheiro Alves (2011), “Valor acrescentado em território nacional das exportações portuguesas”, Boletim Mensal de Economia Portuguesa, n. 3/2011, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e Ministério das Finanças e da Administração Pública, Lisboa.
- Marques, Walter (2010a), “Evolução da balança comercial portuguesa dos produtos da Fileira Florestal”, Boletim Mensal de Economia Portuguesa, n. 6/2010, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Marques, Walter (2010b), “Comércio Internacional português de produtos da Fileira Florestal: em números”, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, documento interno.
- Martins, Hortense (2007), “Comércio internacional de pasta de papel, papel, cartão e seus artigos”, Em Análise, Boletim Mensal do Comércio Internacional, Ministério da Economia e da Inovação, julho de 2007.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2010), “Internacionalização dos Sectores Agro-Alimentar e Florestal. Caracterização, incentivos e restrições e barreiras. Casos de estudos, orientações e medidas”, Gabinete de Planeamento e Políticas, julho 2010.
- Ministério da Agricultura, Desenvolvimento e Pescas (2007), “Programa de Desenvolvimento Rural – Continente, 2007-2013”, março de 2007, Lisboa.
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (2005), “Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, Revisão Intercalar 2004”, Edição da Comissão de Gestão do QCA III e da Direção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.
- Nações Unidas (2002), “Joahnnesburg Summit 2002, Portugal, Country Profile”.
- OCDE (2010), “2010 Economic Review Portugal”, Economics Department, Paris.
- Paiva, Carlos (2006), “Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas”, Indicadores Económicos FEE, Vol. 34, n. 1
- Pearce, David, Francis Putz e Jerome K. Vanclay (1999), “Sustainable forest future?”, Report prepared for the Natural Resources International, UK and UK Department for International Development.
- Pestana, Miguel e Isabel Tinoco (2009), “A Indústria e o Comércio da Cortiça em Portugal Durante o Século XX”, Silva Lusitana Vol. 17(1), pp. 1 – 26.
- PriceWaterhouseCoopers (2006), “Ranking global PricewaterhouseCoopers 100”, News release, outubro de 2006.
- PriceWaterhouseCoopers (2011), “Growing the future. Exploring new values and new directions in the Forest, Paper & Packaging industry”, fevereiro de 2010.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 114/2006 de 15 de setembro, “Estratégia Nacional para as Florestas”.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 178/2003 de 17 de novembro, “Linhas orientadoras sobre a reforma estrutural do Sector florestal”.